

COLEGIADA



JUCESP PROTOCOLO

105472/02-5



COMPANHIA ABERTA  
CNPJ nº 43.776.517/0001-80  
NIRC nº 35.3000.1683 -1

CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO - R\$ 3.403.688.565,23

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA,  
REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2002

1. **DATA, HORÁRIO E LOCAL:** Dia 25 de fevereiro de 2002, às 11:00 horas, na sede social, à Rua Costa Carvalho, nº 300, São Paulo - SP. 2. **CONVOCAÇÃO:** Na forma da Lei, publicada nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo", nos dias 16, 19 e 20 de fevereiro e "O Estado de São Paulo", nos dias 16, 17 e 18 de fevereiro de 2002. 3. **PRESENÇA:** Acionistas totalizando número superior ao "quorum" legal exigido, conforme assinaturas lançadas no "Livro de Presença". 4. **MESA DIRIGENTE:** Ariovaldo Carmignani, Presidente da Mesa, e Maria Lúcia dos Santos Tiballi, secretária. 5. **ORDEM DO DIA - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** a) Reforma do artigo 17 do Estatuto Social, de forma a reduzir o número de Diretores de nove para oito; b) Eleição de membro e a indicação do Presidente do Conselho de Administração; c) Autorização para a realização da 5ª emissão de Debêntures Simples da Companhia, para distribuição pública, da espécie sem garantia e não conversíveis em ações, no valor total de até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); d) Outros assuntos de interesse da



sociedade. A pauta da Assembléia Geral Extraordinária mereceu a aprovação do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, expressa através do Parecer nº 013/2002, de 22/02/2002, referente ao Processo S.F. nº 59-9009934/2002: “O item “a” da pauta versa sobre a alteração estatutária, para reduzir o número de diretores de 9 (nove) para 8 (oito). Considerando a manifestação favorável do Conselho de Administração, a matéria poderá ser acolhida pelo Senhor Procurador, Representante da Fazenda Estadual. De conseguinte, o artigo 17 do Estatuto Social passará a ter a seguinte redação: Artigo 17 - A Diretoria será composta por até 8 (oito) Diretores, residentes no país, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor-Presidente, até 4 (quatro) Diretores Vice-Presidentes, até 2 (dois) Diretores e até 1 (um) Diretor-Representante. Do ponto de vista societário, cabe alertar que a sociedade deve observar o preceito estabelecido no artigo 135 da Lei das Sociedades Anônimas quanto à instalação da Assembléia, que tiver por finalidade a reforma estatutária, a qual deverá contar com a presença de acionistas que representem dois terços, no mínimo, do capital com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número. No item “b”, caberá ao Senhor Procurador, Representante da Fazenda Estadual, ratificar a eleição do Senhor Mauro Guilherme Jardim Arce, como membro do Conselho de Administração da Companhia, ocorrida “ex vi” do Estatuto Social da empresa, “ad referendum” da Assembléia de Acionistas. Nessa oportunidade, o Senhor Procurador deverá indicar o Senhor Mauro Guilherme Jardim Arce para exercer as funções de Presidente do referido Conselho, em substituição ao Senhor Antonio Carlos Mendes Thame, nos termos do Ofício nº 171/02-SGGE de 21 de fevereiro de



2002. Cabe lembrar que o Conselheiro eleito cumprirá mandato nos termos do Estatuto Social da Companhia e a sua investidura dar-se-á com observância aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na Lei das Sociedades Anônimas e demais disposições, especialmente no que se refere à entrega da declaração de bens. Quanto à sua remuneração, será fixada de acordo com as orientações deste Colegiado. O item “c” trata da autorização para a realização da 5ª emissão de Debêntures Simples da Companhia, para distribuição pública, da espécie sem garantia e não conversíveis em ações, no valor total de até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). As debêntures a serem lançadas apresentam as seguintes condições básicas: • **Valor Total da 5ª Emissão:** o valor total da 5ª Emissão será de até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na data de emissão, devendo o valor final ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia, com base nas necessidades de financiamento da Companhia e no custo da captação de recursos por meio da emissão de debêntures frente às demais alternativas de financiamento disponíveis; • **Número de Séries:** a 5ª Emissão será realizada em duas séries; • **Valor Nominal Unitário das Debêntures:** as Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na data de emissão; • **Quantidade de Debêntures:** serão emitidas até 50.000 (cinquenta mil) Debêntures; • **Forma, Tipo e Conversibilidade:** as Debêntures serão da forma nominativa, do tipo escritural e não conversíveis em ações da Companhia; • **Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirografária, não subordinada; • **Condições de Correção Monetária:** As Debêntures de uma das séries farão jus a remuneração com base na variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela



Fundação Getúlio Vargas, acrescida de taxa de juros que será apurada por meio de procedimento de *bookbuilding*. • **Prazo:** os títulos terão vencimento em março de 2007. É proposta a delegação de poderes ao Conselho de Administração para: - deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei n.º 6404/76, bem como sobre a oportunidade de emissão das Debêntures; - definir, com base nas necessidades de financiamento da Companhia e no custo da captação de recursos por meio da emissão de debêntures frente às demais alternativas de financiamento disponíveis, o valor total da 5ª Emissão, observado o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); - após a conclusão do procedimento de *bookbuilding*, definir, de acordo com as condições de mercado à época da colocação, o valor e o número de debêntures a ser alocado em cada uma das séries da 5ª Emissão, observado o limite de até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); É proposto, ainda, autorização para a Diretoria da Companhia: - contratar uma ou mais instituições financeiras credenciadas a operar no mercado de capitais com a finalidade de realizar a distribuição das debêntures; - contratar os serviços de agente fiduciário dos titulares das debêntures e banco mandatário da 5ª Emissão; - celebrar a escritura de emissão das debêntures, praticando todos os atos necessários para esse fim; - realizar todas e quaisquer contratações relacionadas à 5ª Emissão. Considerando que o assunto obteve aprovação por parte dos órgãos de administração da Sociedade – Diretoria e Conselho de Administração, bem como parecer favorável do Conselho Fiscal, a matéria encontra-se em condições favoráveis de apreciação pelos Senhores Acionistas, podendo ser acolhida pelo Senhor Procurador, Representante da Fazenda Estadual. Além disso, caberá ao Senhor Procurador



recomendar a observância da legislação em vigor, em especial do Decreto nº 33.612/91, que dispõe sobre os procedimentos para a realização de operações de crédito, como também obter a autorização dos órgãos competentes para essas operações, previamente à respectiva emissão. Finalmente, no item “d” cumpre lembrar que não sejam deliberadas outras matérias de ordem econômico-financeiras, cabendo ao Procurador, Representante da Fazenda Estadual, reiterar à Administração da Companhia a observância da legislação em vigor.”

**6) DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES:** O Procurador Francisco Geraldo Salgado Cesar, representando a Fazenda do Estado de São Paulo, reiterou à Administração da Companhia a observância de toda a legislação em vigor e votou nos termos do Parecer CODEC nº 013/2002. Os acionistas minoritários votaram conforme declarações de voto em apenso. A votação deu-se da seguinte forma: O Senhor Daniel Alves Ferreira, portador do R.G. nº 10.933.833, representante dos acionistas cujas procurações foram autenticadas pela mesa e numerada com o número 1 apresentando declaração de voto, favorável aos itens a, b, c e d, e a de nº 2, cujos votos foram favoráveis aos itens a e c, e de abstenção quanto aos itens b e d. Esteve presente, também, a Senhora Luciana Ometto Gebara, OAB. nº 146441, representante dos acionistas, cuja procuração foi autenticada pela mesa e numerada com o número 3, onde apresenta declaração de voto favorável aos itens a, b, c e d. O acionista Sérgio Feijão Filho, portador do R.G. nº 10.787.318-7, votou a favor de todos os itens. A matéria submetida à deliberação da Assembléia Geral, foi aprovada pela unanimidade dos acionistas votantes. Todas as declarações estão arquivadas nesta Companhia, nos termos do artigo 130 parágrafo 1º “a” da Lei 6.404/76. Nada



mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembléia. Para os efeitos da Lei nº 6.884/86, assina a presente ata como secretária Maria Lúcia dos Santos Tiballi, R.G. nº 5.687.834-5. 7) **DOCUMENTOS ARQUIVADOS:** 15 (quinze).

8) **ASSINATURAS:** Francisco Geraldo Salgado Cesar, Ariovaldo Carmignani, Daniel Alves Ferreira, Luciana Ometto Gebara, Sérgio Feijão Filho e Maria Lúcia dos Santos Tiballi.

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no Livro n.º 3, de registro de Atas de Assembléias da Empresa.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2002.

  
MARIA LÚCIA DOS SANTOS TIBALLI  
Secretária

/ics

